

ÁVILA, L.G. Desenvolvimento industrial e rendimento da terra; um estudo de caso. Rio de Janeiro, FGV, 1985. 111p. (Teses, 11).

Este livro é uma reprodução da tese de doutoramento do autor, apresentada à Escola de Pós-Graduação em Economia, da FGV. O objetivo do trabalho é o de investigar a influência da indústria, no caso a de rações para animais, sobre o nível de modernização técnica e rendimento da terra alcançados na lavoura do milho.

A hipótese básica é a de que a indústria de rações atua como agente modernizador, de forma que um agricultor submetido a um dado nível de presença da indústria obterá um rendimento da terra na lavoura do milho superior ao obtido por um outro agricultor submetido a um nível inferior de presença. Para testá-la, usou dados de duas microrregiões de Santa Catarina e de três do Paraná.

No caso brasileiro, este tipo de estudo é oportuno e conveniente na medida em que, apesar da maior parte da produção de milho ainda provir dos pequenos agricultores com padrão tecnológico característico, a modernização já bateu às suas portas e força uma alteração deste mesmo padrão, seja pelo uso mais intensivo de insumos industriais, seja pela extensão dos cultivos, seja pela influência da agroindústria processadora: mais de 1/4 da produção já é consumida pela indústria de rações.

Do ponto de vista teórico, o maior esforço do autor está voltado para a articulação da teoria da "integração vertical" com a da "difusão de inovações" num só corpo, de forma a montar o arcabouço explicativo de seu objeto de análise.

Esgotamento do Mercado

A despeito do êxito que o autor mostre nesta empreitada, cumpre chamar a atenção para a idéia central contida no corpo teórico do estudo. O trabalho, ora resenhado, foi desenvolvido na Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas, supostamente o repositório, no Brasil, do que há de mais legítimo na defesa da economia neoclássica. Assim, vindo de onde vem, a base da tese aceita pelo autor, de que "a integração vertical substitui o mercado" (p.14) é, no mínimo, surpreendente. Para o analista fica a seguinte dúvida: não interpretar, nos seus termos estritos, tal afirmação (e continuar a aceitar as "verdades" constituídas desta

escola do pensamento econômico) ou então aceitar o ponto de vista de que nem o autor nem a banca examinadora se aperceberam do poder deletério desta mesma tese.

Como exercício intelectual, vale a pena sintetizar o argumento. Segundo o autor, a integração vertical substitui o mercado: a) por uma "autoridade central"; b) para superar as restrições impostas por um mercado incapaz de gerar preços de livre competição (sic); e c) o faz a custos inferiores (p.10-14).

O que conhecemos da história econômica comparada mostra que a experiência de substituir os mecanismos de mercado traz a marca política do socialismo ou do comunismo. Fora desta órbita de influência, a ideologia do mercado foi sempre cantada em prosa e verso. Falar em substituição do mercado no capitalismo é, no mínimo, heresia.

O reconhecimento de que o mercado é incapaz de gerar preços de livre competição é muito salutar na medida em que nisso se reconhece um dos problemas típicos da maturidade do capitalismo. Que conclusões tirar daí: a) a integração vertical, via autoridade central, terá capacidade de restaurar, novamente, a livre competição?, ou b) reconhece-se que a livre competição não mais tem lugar no capitalismo maduro e, por conta disso, a integração vertical representa o menos ruim dos mundos? Que mundo pior seria esse: o do monopólio? A afirmativa de que esta substituição se faz a custos inferiores é incompleta porque não nomeia os beneficiários deste rebaixamento de custos.

A situação apresentada, tal como faz o autor, mostra claramente que o ponto de vista prevalecente é o do capital ou o do capitalista, na medida em que o papel de "autoridade central" num complexo agroindustrial só pode ser desempenhado pela indústria processadora e não pelos milhares de agricultores fornecedores de matérias-primas processáveis. Ademais, enubla o fato de o sistema em vigor ser monopsonista ou oligopsonista. Esta situação foi muito bem caracterizada há tempo pelo Professor Lauro Campos, da UnB, como sendo própria do que ele chama de "concorrência conservadora", movimento que encapsula a concorrência em redutos muito bem definidos, não só preservando os interesses da fração dominante do capital como também mantendo a ideologia da competição no sistema capitalista.

Ao lado da aceitação tácita da contemporaneidade da falência da livre competição (ao discutir o papel substituidor da integração vertical), o autor apresenta descontinuidade na sua visão teórica dos mecanismos econômicos da invenção e inovação, quando o mercado aparece como instância superior que confere a chancela para sua adoção. Se o próprio autor conferiu poder discricionário à "autoridade central" para definir preços, ele deveria continuar acreditando no seu poder para alterar, até certo ponto, a preferência dos consumidores, viabilizando investimentos em novos produtos e processos. Afinal, diante da predominância das grandes firmas, o consumidor já não é tão soberano quanto se imagina.

Educação na Difusão

Uma área muito cara a quem trabalha com difusão de tecnologia para a agricultura é a do papel da educação no processo de adoção. Infelizmente, o autor trata o assunto "*en passant*", quando menciona os "agricultores tradicionais". Como tais agricultores, segundo o próprio autor, são muito eficientes, cometendo erros alocativos desprezíveis, a "educação terá contribuição pouco relevante a dar" (p.22). Em reforço a esta tese, mais adiante, o caráter coercitivo da difusão aparece com todas as letras, ao se afirmar que um processo de difusão mais eficiente (o das agroindústrias "*vis-à-vis*" o do mercado livre) está, de certa forma, "... associado a algum grau de coerção, no sentido de que as informações transmitem ordens a serem obedecidas" (p.32). Na medida em que a educação representa a conquista do conhecimento com liberdade e participação — exatamente o oposto do esquema coercitivo das agroindústrias —, fica colocado o dilema da inovação. Toda inovação tem um certo caráter despótico, de domínio, supremacia e afirmação de uns em relação a outros? e, aí, uma base educacional para o processo de difusão é algo utópico? ou, ao contrário, temos de insistir em explorar a participação e o crescimento do produtor enquanto cidadão no processo de melhoria de suas próprias condições de produção e de vida (melhoria essa que passa pela produção)?

Aspectos Operacionais do Modelo

A manipulação dos dados para testar a hipótese básica deixa a desejar em alguns pontos sem comprometer, no entanto, o fundamental. Nos casos em que as expectativas conceituais do autor não se concretizam, há sempre o expediente de tentar desqualificar o dado ou alertar o leitor para "resultados surpreendentes" (p.68) ou para "possíveis surpresas" (p.73). Este não parece ser o comportamento esperado para uma tese de doutoramento.

A lucratividade e o grau de incerteza associado ao uso da inovação determinam a velocidade com que a difusão se processa, diz o autor (p.31). Ao operacionalizar seu modelo, em nenhum momento se mostra, mesmo que de forma precária, a correlação entre adoção de inovações, maior rendimento físico e lucratividade. Além de a análise cingir-se a dados de um só ano, não se faz nenhuma referência aos custos da inovação para o milho. Há casos e casos de agricultores que adotam inovações, mas sem a contrapartida da lucratividade. Não é à toa que o processo de apropriação no Sul do País avançou tanto na década passada. O raciocínio de que a influência da indústria de rações sobre o rendimento da terra tem sua dimensão espacial é muito mais rico e convincente e, neste sentido, faltou conjugá-lo à lucratividade como variável importante, mas que deveria ser acompanhada de outras mais, pelo menos enquanto especulação, o que não ocorre. Assim, a) a presença da indústria mantendo preços; ou b) assegurando um mercado regulado ao longo dos anos; ou c) prestando serviços e fornecendo crédito, entre outros, podem ser dados funda-

mentais para a produção agrícola se consolidar e mesmo se expandir. Para tanto, os mecanismos de relacionamento da indústria com os agricultores seriam matéria indispensável para enriquecer o próprio estudo.

Por fim, resta a discussão sobre a própria produção de milho como fator locacional da indústria de rações. Se para este tipo de indústria, é racional a sua localização próxima à zona de produção de matéria-prima, a escolha da área é fator preliminar de êxito do empreendimento. Se isso é verdade, é possível que, antes mesmo de a indústria ali se instalar, a zona já se caracterizasse como excelente para a produção de milho. Aumenta a possibilidade de ter acontecido isso na medida em que a pecuária (em especial, a suína) aparece como de alta expressão em Santa Catarina "vis-à-vis" o Paraná (tab. 4.2, p.40). Se se aceita tal ponto de vista, o rendimento do milho como variável independente a ser explicada (cap. 6), entre outras, pela presença da indústria, deve ser relativizado não só porque a própria produção do milho pode ter atraído a indústria (e não somente a indústria ter induzido a produção, como sugere o autor), como, também, a presença expressiva de suínos, como atividade econômica em Santa Catarina, por si só levou a um maior aprimoramento da cultura do milho, por ser este o principal produto das rações.

Muitos dos problemas poderiam ter sido sanados se o autor tivesse feito levantamentos diretos sobre os mecanismos específicos que medeiam a relação entre agroindústria e agricultor. Na medida em que um estudante passa a elaborar sua tese de doutoramento somente a partir dos dados secundários e parciais, o estudo passa a encarnar muito do ritualismo acadêmico da elaboração do trabalho, sem um compromisso de efetivamente inovar na sua área de investigação.

Mauro Márcio Oliveira
EMBRATER

SAYAD, J. Crédito rural no Brasil; avaliação das críticas e das propostas da reforma. São Paulo, Pioneira, 1984. 125p. (Estudos econômicos FIFE).

Identificado por alguns autores como o eixo do processo de modernização conservadora iniciado a partir de 1967, o Programa Nacional de Crédito Rural tem sido acusado, a partir de meados da década de 70, de ter efeito pouco significativo sobre o crescimento da produção e da produtividade do setor agrícola, de que a concessão do crédito a taxas de juros sensivelmente menores que a taxa de inflação